

## HISTORIOGRAFIA E INTERFACES: UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA.

Bruno de Souza Barreto<sup>1</sup>  
Graduado em História pela UNIFAP  
Mestrando em Arqueologia pela UFS  
E-mail: [barretobrunosb@gmail.com](mailto:barretobrunosb@gmail.com)

### RESUMO

Este ensaio trata sobre as interfaces existentes entre as práticas da História, Antropologia e Arqueologia. O campo das humanidades tem se diversificado e fragmentado cada vez mais, mas as fronteiras entre as diferentes disciplinas não estão rigidamente delimitadas, ocasionando uma intersecção dos objetos, métodos e conceitos operacionais utilizados por cada uma. Neste sentido, o artigo procura trabalhar como surgiram as abordagens historiográficas que dialogam com a Antropologia e Arqueologia e de que modo elas podem colaborar mutuamente para uma melhor compreensão dos fenômenos sociais.

**Palavras-chave:** Escrita da História, Antropologia, Arqueologia, Interfaces, Abordagens Interdisciplinares.

### ABSTRACT

This essay discusses about the interfaces between the practices of History, Anthropology and Archaeology. The field of humanities has been diversified and increasingly fragmented, but the boundaries between the various disciplines are not rigidly defined, leading to an intersection of objects, methods and operational concepts used by each. In this sense, the article seeks to work how emerged the historiographic approaches which interact with anthropology and archaeology, and how they can collaborate with each other to a better understanding of social phenomena.

**Keywords:** Writing of History, Anthropology, Archaeology, Interfaces, Interdisciplinary Approaches.

*“(…) as ciências sociais se impõem umas às outras, cada uma tende a compreender o social no seu todo, na sua ‘totalidade’; cada uma invade o domínio de suas vizinhas crendo permanecer em casa”.*

Fernand Braudel, Escritos sobre História (1969, p. 42).

As perguntas que orientam a discussão deste artigo, a tratar sobre as interações entre História, Antropologia e Arqueologia, disciplinas que são a representação do amplo campo de investigação das ciências do homem, estão em torno de: o que diferencia e aproxima as diversas disciplinas? O que seriam e como ocorrem essas intersecções entre uma e outra ciência social? No que este debate em regiões de

---

<sup>1</sup> Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este ensaio é parte integrante da monografia de graduação do autor, orientada pela Prof<sup>ª</sup> Msc. Verônica Xavier Luna.

fronteira pode colaborar para ampliar a compreensão da realidade social dos fenômenos entre os diferentes métodos empregados por cada uma?

Para que possamos responder a estas perguntas, é necessário realizar um breve esboço das práticas de cada disciplina. Lembrando que o foco deste debate está localizado na história, a discussão está em torno do surgimento de abordagens historiográficas que dialogam com a antropologia e a arqueologia, até mesmo incorporando alguns de seus métodos e conceitos operacionais.

Sendo assim, há uma importância de situar as diferentes abordagens do “como fazer a história” desde o surgimento desta como ciência social independente das demais, no século XIX. Os primeiros esforços neste sentido estavam localizados na disputa entre dois paradigmas antagônicos e contemporâneos, que foram suplantados por uma nova forma de representação do tempo histórico a partir da década de 1930.

Esta nova representação do tempo histórico, levada a cabo sob o julgo do movimento dos *Annales*, desdobrou-se em duas gerações posteriores da revista que se aproximaram da antropologia e dos estudos da cultura material, especificamente a partir das décadas de 1950-60 e 1980-90. Tais abordagens foram respectivamente influenciadas pelo estruturalismo e pós-estruturalismo, dois tipos distintos de orientação teórica da antropologia.

Antes de qualquer discussão mais profunda, é necessário realizar um debate sobre a evolução dos métodos da história, a fim de situar o contexto de surgimento destas abordagens interdisciplinares.

## **1. A EVOLUÇÃO DOS MÉTODOS DA HISTÓRIA: UMA BREVE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA.**

### **1.1 - Positivismo *versus* Historicismo: O início da história científica.**

No século XIX, as ciências sociais surgem como uma forma de explicação - ou compreensão, de acordo com o paradigma norteador - ascendente no mundo moderno ocidental, procurando abarcar um campo de investigação não levado em consideração pelas ciências naturais: a realidade dos fenômenos sociais. Nas ciências da natureza, os fenômenos estudados resumem-se a eventos sincrônicos que podem ser reproduzidos

em laboratório para fins de análise, com objetividade e distanciamento do seu objeto de estudo (DAMATTA, 1987, p. 17).

Contrária a esta acepção delineada acima, os fenômenos sociais não podem ser tomados como objetos isoláveis sob uma análise distanciada e objetiva. Ao contrário, devido ao seu caráter diacrônico e singular, os fenômenos sociais são irreproduzíveis tais como aconteceram, mesmo para fins de testá-los hipoteticamente. No entanto, esta apreensão sobre a dicotomia entre estes dois paradigmas científicos não era um consenso nas ciências que estudavam o homem. Isto suscitou um amplo debate neste período sobre a questão dos métodos que orientavam a pesquisa das chamadas ciências do espírito, especificamente quanto à dicotomia com relação à objetividade e subjetividade presente na pesquisa científica.

Não seria oportuno realizar aqui uma discussão minuciosa sobre a contradição entre ciências do espírito e ciências da natureza, mas apenas contextualizar o tempo histórico em que surgem os primeiros paradigmas que orientam a pesquisa histórico-científica a partir do século XIX. Como o objetivo deste item é o de ilustrar o surgimento da história como ciência e a evolução de seus métodos no decorrer do tempo, apenas desejo situar a mesma dentro desta discussão entre paradigmas científicos rivais. É na essência deste debate que a disciplina histórica surge como uma abordagem voltada para o estudo da realidade humana.

Nesta historiografia incipiente, desenvolvida no século XIX, os dois paradigmas que imperavam no método de pesquisa possuíam origens diferentes e posicionamentos políticos antagônicos: o positivismo de raiz francesa e o historicismo de ascendência alemã. Estes dois modos de pensar “o fazer do historiador” dominaram a disputa em torno do saber historiográfico até o início dos anos 1930, quando é inaugurada uma nova perspectiva de como escrever a história, que será discutida mais a frente.

De acordo José D’Assunção Barros, a oposição entre positivismo e historicismo gira em torno de três aspectos principais, sendo estes: 1) a dicotomia entre objetividade e subjetividade da verdade histórica, com relação à possibilidade de alcançar ou não leis gerais para o desenvolvimento de todas as sociedades humanas (universalismo *versus* relativismo); 2) A questão do emprego de métodos científicos adequados à pesquisa histórica, sendo estes os mesmos das Ciências Naturais ou completamente particulares e independentes destas e 3) A relação do historiador com o resultado da sua investigação (história neutra ou envolta de parcialidade) (BARROS, 2010a, p. 76).

Para iniciar a discussão ponto a ponto dos três antagonismos entre as duas concepções de conceber uma história ciência, em primeiro lugar, é válido ressaltar que neste momento havia um imperialismo reinante das ciências naturais como forma de verdade objetiva e universal sob o julgo da razão. Neste contexto histórico, o positivismo se posiciona a favor de uma ciência social que utilizasse os mesmos preceitos teórico-metodológicos das ciências naturais, procurando evidenciar a natureza imutável do homem. Isto se deve a busca pela construção de uma história comum a toda a humanidade, onde a Europa aparece no topo do desenvolvimento (REIS, 2003a; BARROS, 2010a).

Enquanto no historicismo, especificamente aquele do final do século XIX, o movimento incidia na contramão das visões filosóficas e abstratas do racionalismo francês baseado no pensamento iluminado. Na Alemanha, havia uma tendência historiográfica voltada para a valorização das multiplicidades, da descontinuidade, do particular, do relativo e daquilo que é inerente e específico de uma determinada cultura, que possui o seu próprio sentido. Os historicistas entendiam que “não há um conhecimento em progresso, mas visões do mundo que exprimem uma alma humana histórica (...) não há nenhum padrão universal de valores aplicável à diversidade do humano, pois todos os valores são históricos e culturais”. (REIS, 2003a, p. 05).

Além disso, os historicistas renegavam o uso dos métodos das ciências naturais para a construção da história e reivindicavam a autonomia das ciências sociais quanto à adoção de preceitos teórico-metodológicos independentes e adequados ao estudo dos fenômenos sociais (REIS, 2003a, p. 13-14; BARROS, 2010a, p. 77-78, 95).

Com relação à gênese teórica destes paradigmas, podemos dizer que o Historicismo ainda está em construção durante o século XIX, podendo-se situar diferentes momentos para o seu desenvolvimento enquanto teoria (REIS, 2003, p. 14). Já o positivismo herda toda a sua carga teórica do Iluminismo - principalmente quanto às questões do homem universal e da crença no progresso e na razão instrumental como forma de libertação da humanidade das amarras da ignorância do Antigo Regime - mas revertendo o sentido revolucionário do pensamento iluminado para uma apropriação conservadora destas ideias (BARROS, 2010a, p. 76).

Segundo Barros, este tom conservador dado às ideias iluministas advém do momento histórico em que o positivismo estava situado. A burguesia francesa do século XIX - após efetivar com sucesso seu projeto revolucionário, derrotando o antigo regime -

havia de assegurar seu domínio político conquistado com o início do processo revolucionário em 1789, reajustando o discurso iluminista em benefício de manter a ordem social que estava se estabelecendo (BARROS, 2010a, p. 82):

Isto se dá porque a burguesia, base social da sustentação do pensamento ilustrado, pode ser compreendida neste período simultaneamente como uma classe revolucionária e como também uma classe disposta, pelo menos nos seus setores mais privilegiados, a instituir um novo padrão de dominação política e social (BARROS, 2010a, p. 87).

Pois bem, a ordem estava se estabelecendo e por outro lado se reprimia os setores revolucionários, como podemos observar:

Estes limites da burguesia revolucionária francesa ficam mais ou menos claros quando, a certa altura do processo revolucionário iniciado em 1789, começam a ser reprimidos os setores revolucionários mais à esquerda, que já começavam a colocar em cheque valores como o da 'propriedade privada'. (...) O positivismo, com seu discurso de 'ordem e progresso', passaria a constituir um dos discursos mais favoráveis aos novos objetivos da burguesia dominante. (BARROS, 2010a, p. 87).

Neste ponto que concerne à prática política, tanto o positivismo quanto o historicismo podem ser considerados paradigmas que defendem um ponto de vista conservador para legitimar um *status quo*. Ambos procuravam realizar um consenso entre classes sociais antagônicas, para evitar qualquer processo de mudança brusca na estrutura social em vigor. Embora possuam este ponto em comum, o faziam para atender a motivações políticas de elites diferentes.

No fundo, tanto o positivismo quanto o historicismo foram, à partida, frutos de uma mesma necessidade de época, representada pelo paradoxo de encaminhar uma modernização política que viabilizasse aquele desenvolvimento industrial que atenderia às exigências da **burguesia** triunfante, e ao mesmo tempo conservar alguns privilégios sociais da **nobreza** (grifo meu) (BARROS, 2010a, p. 87).

O historicismo representava os interesses do Antigo Regime, da burocracia estatal e da aristocracia, podendo ser entendido como um instrumento ideológico de afirmação dos estados nacionais (BARROS, 2010a, p. 87-88; REIS, 2003a, p. 05-06, 17). Provavelmente é devido a isto que esta linha de pensamento teve maior repercussão na Alemanha e na Itália, nações que só se constituíram enquanto estados modernos na segunda metade do século XIX. Por isso, o historicismo buscava valorizar o particular em detrimento do universal e repudiava o símbolo da decadência do estado absolutista e do mundo aristocrata, que era a revolução francesa: "Contra a revolução, a Escola Histórica

alemã buscava no passado uma justificação das instituições feudais ainda predominantes no presente”. (REIS, 2003a, p. 02).

No âmbito desta historiografia do século XIX, para além das contradições entre objetividade e subjetividade, estava em disputa, por correntes teóricas contrárias, a questão da verdade do conhecimento histórico produzido. Também se discutia a relação do historiador com as fontes e o emprego de variadas metodologias de acordo com os determinados paradigmas em jogo (BARROS, 2010a, p. 74).

Quanto a estas questões práticas do fazer da historia, o paradigma positivista teria dado gênese à *Escola Metódica Francesa*, que o reivindicava como linha de pensamento. Mas segundo Barros, esta escola não chegou a realizá-lo (positivismo) na prática, pois seus principais expoentes não estavam em busca de leis gerais que regem toda a história humana, mas sim preocupados em “narrar os fatos” com objetividade (BARROS, 2010a, p. 98).

Neste ponto que concerne à história factual, a *Escola Metódica Francesa* se aproxima muito daquele historicismo ainda imaturo<sup>1</sup>, de Leopold Von Ranke, e teria Langlois e Seignobos como os expoentes mais conhecidos. É importante lembrar que o historicismo, ao longo do século XIX, distingue-se por ser um movimento multifacetado e ainda em construção. Porém, sua raiz é caracterizada por posições conservadoras, tendo posteriormente desenvolvido uma posição relativista da cultura sob a obra de Dilthey (BARROS, 2010a, p. 85-87, 94-96; REIS, 2003a, p. 24-25).

Nesse sentido, o que os historiadores do século XIX - e especificamente os da *Escola Metódica Francesa* - faziam era uma combinação das duas concepções teóricas, ou seja, estes historiadores não se enquadram como positivistas e nem como historicistas. Eles absorviam alguns aspectos do positivismo e o combinavam com o historicismo em fase inicial, apesar de reivindicarem um pensamento positivista dentro de sua prática (BARROS, 2010a, p. 98).

É comum entre muitos historiadores do nosso tempo retratar este tipo de historiografia cientificista do século XIX - especificamente a da *Escola Metódica Francesa*, que foi amplamente criticada pelos *Annales* - como representante da influência

---

<sup>1</sup> Ao contrário do positivismo (que herdou toda a reflexão do pensamento iluminista), o historicismo foi um paradigma construído ao longo do tempo, podendo-se estabelecer diferentes fases para este desde o final do século XVIII até o final do século XIX, onde passou de uma intenção em “narrar os fatos tal como aconteceram” para um amadurecimento em posições relativistas da cultura de Wilhelm Dilthey (REIS, 2003a; BARROS, 2010a, p. 77).

positivista na história, sendo até mesmo denominada de “História Positivista”. Entretanto, como foi afirmado por Bourdê:

(...) trata-se de uma designação equivocada uma vez que são raros os historiadores propriamente positivistas. A rigor, dever-se-ia chamá-la de historiografia metódica, já que era no método histórico que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico (BOURDÊ apud FALCON, 1997, p. 66).

Ademais, Francisco Falcon coloca esta como uma classificação paradoxal, uma vez que a historiografia supostamente positivista teria seus principais arcabouços teóricos assentados sobre as diretrizes do alemão Leopold Von Ranke. Segundo este último, o papel desta ciência seria o de narrar os fatos tais quais eles aconteceram, utilizando documentos escritos oficiais como fontes, especificamente aqueles relacionados à burocracia estatal. Mas para Ranke e seus correligionários, a significação sobre seu posicionamento teórico era completamente diversa, estando fundada no historicismo alemão, este completamente avesso ao positivismo (FALCON, 1997, p. 66).

Para José D’Assunção Barros, esta questão sobre alocar inteiramente um ou outro cientista social dentro de um único paradigma não é um fator crucial na prática historiográfica de qualquer época, já que “na prática e na sua singularidade os historiadores e cientistas sociais podem combinar aspectos de um modelo e outro, colocar-se entre eles” (BARROS, 2010a, p. 98).

A História metódica do século XIX, que prima pela verdade objetiva como afirmação de sua cientificidade, começa a entrar em declínio a partir da década de 1930. Isto se deu com o surgimento de um projeto revolucionário inaugurado na historiografia francesa e corporificado através da revista *Annales de Histoire Economique et Sociales*.

## **1.2 - Os *Annales* e a revolução na historiografia.**

As inovações teórico-metodológicas que podemos chamar de revolucionárias para a historiografia mundial tiveram como seu berço a França do início do século XX. Podemos dizer que a historiografia francesa foi pioneira em propor um projeto ambicioso de renovação nos métodos e na escrita da história, no que tange à realização das propostas teórico-metodológicas sugeridas pela chamada Escola dos *Annales Economique et Sociales*. O historiador Peter Burke, até chegou a fazer uma analogia da história tradicional com o Antigo Regime e dos *Annales* com a Revolução Francesa (BURKE, 1992a, p. 11).

A Revista dos *Annales*, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, foi um marco no desenvolvimento de uma historiografia que valoriza o homem inserido em seu contexto social. O movimento dos *Annales* se opôs ao modelo de história até então vigorante, fortalecido durante o século XIX e que, apesar das divergências sobre um rótulo teórico para este, pode ser identificado de maneira geral como *historia événementielle* (ou história acontecimental), independentemente das oposições entre positivismo e historicismo. Houve uma renegação desta tradicional história política, dos indivíduos de “supra importância”, das guerras e dos nacionalismos, numa desvalorização dos eventos e das grandes narrativas predominantes até a primeira metade do século XX (CASTRO, 1997, p. 45).

Por outro lado, a principal proposta oferecida pelos *Annales* foi a da interdisciplinaridade na pesquisa. Ou seja, o diálogo da história com outras disciplinas, com o intuito de erigir uma historiografia sob a influência das ciências sociais<sup>1</sup> (CASTRO, 1997; FALCON, 1997; REIS, 2000). Todavia, este enfoque interdisciplinar só foi possível a partir de uma guinada no modo de pensar e representar o tempo histórico, que até então estava sob o domínio da história tradicional, ou acontecimental. Geralmente esta última é conhecida como historiografia positivista, mas para alguns autores possui pouca influência do positivismo de Comte e estava mais voltada para uma escrita à maneira de Leopold Von Ranke (FALCON, 1997, p. 67).

Buscando esclarecimento sobre algumas questões conceituais nesta discussão, podemos compreender a importância de tempo histórico e suas representações da seguinte maneira:

As representações do tempo histórico revelam as mudanças da sociedade e a sua eficácia depende de sua capacidade para acompanhar os desdobramentos dessa sociedade. Toda renovação em história, toda “escola histórica” realiza uma mudança profunda na representação do tempo histórico, apoiadas em mudanças ocorridas na história efetiva (REIS, 2000, p. 14).

Quer dizer, o modo de como se escreve a história em cada paradigma histórico representa, em termos, as inquietações e os problemas inerentes ao tempo presente naquela sociedade; o que ajuda a formular as perguntas voltadas para o passado histórico, na busca de compreender a formação da sociedade atual. Nesse sentido, cada historiador está inserido em um dado contexto, ou época, cujo paradigma histórico particular daquele momento irá direcionar o modo como este escreve a história.

---

<sup>1</sup> No paradigma positivista, pretendia-se que a história estivesse relegada às ciências naturais, querendo utilizar-se dos métodos de investigação desta (REIS, 2000; REIS, 2003; BARROS, 2010).



Em alguns momentos de crise e grandes mudanças na sociedade ocidental, os paradigmas que estão em vigor naquele momento tendem a entrar em decadência, pois muitas vezes estes já não conseguem responder satisfatoriamente às perguntas do dado tempo presente. Isso fornece subsídios e condições favoráveis para a ascensão de outros modelos (explicativos ou de compreensão), que acabam por entrar em conflito com os atuais de modo a suplantarem os velhos paradigmas em nome de outra forma de representar o tempo histórico, correspondente e alinhada com a sociedade em transformação.

Dessa forma, as mudanças na representação do tempo histórico acompanham as mudanças na sociedade como um todo. Há momentos em que os novos e antigos modelos entram em conflito, proporcionando uma espécie de “eclipse de paradigmas”, no qual o novo tende a suplantarm o que está em vigor (KUHN, 2009, p. 107). Entretanto, esta não é uma posição compartilhada amplamente nas ciências sociais, pois alguns autores acreditam que paradigmas rivais podem coexistir mutuamente, sem que o antigo seja desbancado pelo novo.

No momento presente, vivemos um período de conflito na epistemologia das ciências, que pode ser resumido em termos do antagonismo entre o paradigma iluminista e o seu rival pós-moderno (CARDOSO, 1997). No início do século XX, o conflito de paradigmas dava-se contra o tempo histórico acelerado, linear, progressista e teleológico da historiografia tradicional, tempo este que culminou na ruína da Europa como centro hegemônico global, pela catástrofe gerada por duas guerras mundiais (REIS, 2000, p. 15, 29). Portanto, o movimento dos *Annales* apresentava-se como um modelo alternativo, um novo olhar do tempo histórico frente ao caráter factualista de escrever história.

O modo de representar o tempo histórico da historiografia acontecimental, como o próprio nome já diz, possuía bases fincadas na valorização do evento em si, do progresso, da crença na razão como forma de avanço da humanidade. De forma sucinta, é uma história dos grandes feitos políticos e militares, focada sobre o indivíduo e enaltecadora dos nacionalismos, que constrói uma visão especulativa do futuro, baseada na sucessão, no tempo linear e acelerado. Ela está centrada fundamentalmente nas grandes rupturas que encaminham a humanidade para uma suposta liberdade materializada no final previsivelmente antecipado, demonstrando a assimetria entre passado e futuro (REIS, 2000, p. 15-16, 38).

Portanto, seguindo a lógica desta discussão, entende-se que um novo programa histórico só pode se apresentar como tal se proporciona outra representação do tempo histórico, que difere das demais existentes. Dessa forma, o que caracteriza e conduz as diferentes abordagens teórico-metodológicas na história é o olhar do historiador orientado por uma concepção do tempo histórico particular de um “programa” ou “escola” histórica (REIS, 2000, p. 13). Esta mesma tem seu sentido e significado representado nos objetos, conceitos, métodos e técnicas de investigação levadas a cabo pelo pesquisador:

O olhar do historiador é estruturado por uma representação do tempo histórico. O conhecimento histórico só é possível no interior de uma concepção do tempo histórico. (...) É só nessa ‘representação do tempo histórico’ que a realidade dos processos históricos é reconhecível e conhecível, tem sentido e significado (REIS, 2000, p. 13).

Portanto, é apenas a mudança na representação do tempo histórico que possibilita a inovação, o surgimento de novas abordagens teórico-metodológicas, formulando-se novos problemas que em outro momento poderiam ser deixados de lado e até mesmo considerados irrelevantes. Sendo assim, uma “nova história” só pode aparecer a partir de uma mudança na percepção humana que, por sua vez, reorienta a representação do tempo histórico e, por último, passa a conduzir a nova percepção das experiências do homem. Para Reis, o tempo histórico torna-se então a base de toda a reflexão da pesquisa histórica, pois quando se muda esta perspectiva “uma outra história emerge, com novos historiadores, novos objetos, novas fontes, novas técnicas e uma nova utopia” (REIS, 2000, p. 14).

Rompendo com a historiografia *événementielle*, a nova história passa a ter um olhar que privilegia o coletivo em detrimento do indivíduo, o todo ao invés do particular e do evento. A pesquisa utilizará métodos analíticos limitados a sua validade, que observam os fenômenos repetitivos da sociedade, limitando excessivamente a relevância do indivíduo. Entretanto, as ações individuais não são completamente desprezadas, mas procura-se investigar “os condicionamentos econômicos-sociais das ações e decisões individuais, a sociedade global e as massas, as condições materiais e não os projetos individuais, subjetivos e ideológicos” (REIS, 2000, p. 23).

Nesse sentido, é notável que a nova perspectiva histórica, fundada no estruturalismo, acaba por tomar um viés funcionalista<sup>1</sup>. Ela enxerga sempre que o indivíduo e suas ações só são passíveis de análise dentro do todo que os dá sentido, pois o evento e o individual estão condicionados à estrutura da sociedade e apenas são cognoscíveis como um reflexo desta. Esta perspectiva teórica com influências da antropologia estruturalista esteve presente de forma mais incisiva durante a 2ª geração da revista, sob a direção de Fernand Braudel, que tratarei de forma mais detalhada no item a seguir quando abordo o conceito de *Longa Duração* formulado pelo mesmo autor.

Ao encontrar um novo campo de pesquisa e abordagens diversificadas, a nova história teve a necessidade de renovar os seus métodos analíticos, para dar conta das diversas “realidades humanas”. Contudo, uma mudança no olhar histórico e nos objetos passíveis de investigação resulta na necessidade de mudança nos conceitos operacionais que orientam a pesquisa histórica. Nesse sentido, há uma renovação na percepção do que sejam as fontes que podem ser utilizadas como documento para a história.

A mudança no conceito de fonte foi necessária para responder aos problemas surgidos com as novas abordagens, devido à ampliação dos campos e possibilidades de estudo com a proposta revolucionária dos *Annales*. Logo, a disciplina histórica passou a utilizar todo o tipo de fontes, como “listas de preços, de salários, séries de certidões de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários” (REIS, 2000, p. 23). Enfim, todo o tipo de produto derivado de alguma ação ou intervenção humana. Além disso, passou a “emprestar” técnicas e conceitos de outras ciências sociais para a interpretação das fontes, tangenciando-se com a economia, antropologia, arqueologia e outras disciplinas.

Quanto a este diálogo mais estreito com outras ciências do campo das humanidades, a influência da antropologia merece atenção especial em decorrência desta representar um grande impacto na ciência histórica a partir da segunda geração dos *Annales*. Esta influência é mais notável a partir da terceira geração, onde o conceito antropológico de cultura assume um papel de suma importância nos objetos de estudo e nos problemas de pesquisa formulados, que passam a nortear a pesquisa em história

---

<sup>1</sup> É notável que esta semelhança com o funcionalismo, quanto à preferência pelo estudo da sociedade em detrimento do indivíduo, deva-se a influência da obra de Emile Durkheim sobre os teóricos dos *Annales*. Segundo Durkheim, um fenômeno social “consiste em formas de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem”, pois os fatos sociais seriam “independente(s) das formas individuais que toma ao difundir-se” (DURKHEIM, 2001, p. 33; 38).

naquele contexto. É neste íterim que a cultura material também passa a ser utilizada como mais uma fonte, aproximando os historiadores dos arqueólogos e antropólogos.

## **2. A ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA NO CAMPO DA HISTÓRIA: ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO.**

Se realizarmos uma busca a respeito do surgimento da Antropologia, poderemos dizer que o seu desfecho ocorreu durante o século XIX, quando o pensamento evolucionista guiado pela razão atingia o seu auge. Foi nos escritos dos primeiros antropólogos de caráter evolucionista, como Morgan, Tylor e Frazer, que uma reflexão sobre as sociedades do novo mundo obteve a consolidação correspondente ao status de ciência (CASTRO, 2005).

Os três pais fundadores desta ciência que estuda o “outro” foram relativamente contemporâneos com relação a sua produção acadêmica, sendo que a maioria de suas obras foi publicada na segunda metade do século XIX. Apenas James Frazer seria o teórico mais tardio da antropologia evolucionista, atingindo a sua maturidade acadêmica entre o final do século XIX e início do século XX, quando realizou a maior parte de suas pesquisas. Nesse momento o evolucionismo já padecia consideravelmente de partidários, sofrendo ataques constantes de outras correntes teóricas como o particularismo histórico de Franz Boas e o funcionalismo de Bronislaw Malinowski.

No ano de 1877, Lewis Morgan publicou uma obra intitulada “A Sociedade Antiga”, na qual afirmava que todas as sociedades existentes no mundo passariam obrigatoriamente pelos mesmos estágios evolutivos, desde a selvageria, passando pela barbárie até a civilização (MORGAN, 2005). Era este o princípio capital deste modelo de desenvolvimento unilinear. Segundo o mesmo, seria da seguinte maneira:

Pode-se afirmar agora, com base em convincente evidência, que a selvageria precedeu a barbárie em todas as tribos da humanidade, assim como se sabe que a barbárie precedeu a civilização. A história da raça humana é uma só – na fonte, na experiência, no progresso (MORGAN, 2005, p. 21).

Esta classificação de estágios de evolução advinha de critérios pré-estabelecidos, estes relacionados essencialmente a aspectos tecnológicos e a formas de subsistência (economia), mas também na organização socio-política e, em menor tamanho, nas manifestações culturais (MORGAN, 2005; LAPLATINE, 2000, p. 65, 69). Os períodos de evolução (selvageria e barbárie) foram organizados em estágios de status inferior,

intermediário e superior, de acordo com os avanços tecno-econômicos em cada sociedade. No fim deste caminho, chegava-se então ao patamar de toda a evolução humana, representado pela civilização (MORGAN, 2005).

Nesta lógica, a selvageria foi caracterizada como um período do início da espécie humana - onde a dieta de subsistência estava baseada no consumo de peixes com o uso do fogo e na coleta de frutos - que terminaria com o surgimento da manufatura cerâmica, dando início ao período da Barbárie. Este outro momento, foi relacionado com o uso da cerâmica, a domesticação de animais, o surgimento da agricultura e a manufatura de instrumentos de ferro fundido. Por fim, a civilização começa com a invenção da escrita (MORGAN, 2005, p. 27-28).

Para Morgan, este postulado teria sua constatação cabal de veracidade pela observação de grupos indígenas do continente americano, tomados por ele como uma fonte privilegiada de pesquisa sobre a infância da humanidade. Segundo o mesmo, se o percurso da história humana é um só, isso significa que os atuais grupos indígenas da América seriam equivalentes aos ancestrais remotos da civilização atual, correspondendo a uma realidade social já conhecida e situada no passado, como assinalado neste trecho:

(...) a história e a experiência das tribos indígenas americanas representam, mais ou menos aproximadamente, a história e experiência de nossos próprios ancestrais remotos, quando em condições correspondentes (MORGAN, 2005, p. 22).

É nesse contexto que antropologia evolucionista surge como a ciência que procura investigar sobre a “nossa origem”, tomando como objeto de estudo as sociedades ditas primitivas, que teriam ficado alheias ao progresso proporcionado pela civilização (LAPLATINE, 2000, p. 65). Portanto, esta antropologia busca identificar leis gerais de desenvolvimento da humanidade, adotando como parâmetro de referência a sociedade do observador, o mundo ocidental industrializado (LAPLATINE, 2000, p. 69-72).

Sobre esta crítica, Roberto DaMatta demonstra que, o antropólogo evolucionista, ao olhar para a sociedade do “outro”, tendo como universo de referência a linha temporal de sua própria sociedade, passa a eliminar as diferenças e a alteridade existente entre a sua e as outras. A partir disso, a realidade social do “outro” é tomada como conhecida, vivenciada e superada em um dado contexto temporal situado no passado da sociedade do observador. Nesse sentido, o universo social do “outro” é

medido em etapas do próprio desenvolvimento da civilização europeia, anulando toda a diferença que faz pensar em alternativas e escolhas daquela sociedade (DAMATTA, 1987, p. 98, 99).

É válido ressaltar que o evolucionismo do século XIX esteve de braços dados com o projeto neocolonialista da África, Austrália e algumas regiões da Ásia e Américas. Ele forneceu subsídios para legitimar o partilhamento do continente africano entre as potências europeias industrializadas e firmar a administração colonial nestes locais (LAPLATINE, 2000, p. 64). Com o discurso da missão civilizatória, o progresso seria levado pelo ocidente capitalista a grupos que permaneciam no atraso e no primitivismo (DAMATTA, 1987, p. 96).

Este modelo de desenvolvimento unilinear influenciou uma geração de antropólogos evolucionistas durante o século XIX e ainda está presente até hoje, não mais no meio acadêmico, pois já foi suplantado desde o início do século XX por outras correntes teóricas da antropologia. Contudo, no senso comum das pessoas ainda permanece forte, pois há os que acreditam numa forma de julgar alguns povos como atrasados e não civilizados, tomando como referências as vantagens da civilização a qual pertencem. Ainda, Para Benatte "(...) o evolucionismo cultural praticamente se confundia com a história concebida como progresso" (BENATTE, 2009, p. 11).

Apesar das inúmeras objeções feitas ao evolucionismo, esta não foi a única linha de pensamento da antropologia que foi utilizada como justificativa teórica de uma prática colonialista. Outro estereótipo apregoado sobre as sociedades do novo mundo é aquele de caráter funcionalista, em que as culturas são compreendidas como entidades estáticas, não suscetíveis à mudança. Dessa forma, uma dada sociedade é vista como um organismo vivo, onde cada elemento tem seu sentido voltado para a sustentação harmônica daquela organização social (DAMATTA, 1987, p. 101-106; ROGNON, 1991, p. 19).

Estabelecidos os pilares da administração neocolonialista, essa (funcionalismo) foi uma ideologia a fim de garantir a hegemonia de uma elite local emergente, que tomaria as rédeas do poder após uma independência lenta, gradual e sem conflitos (ROGNON, 1991, p. 19). Como demonstrado a seguir por Trigger:

Na América do Norte, na Austrália e em outras partes do mundo em que povos nativos foram sufocados pela dominação de colonizadores europeus, demonstrou-se, com o auxílio da arqueologia, que a imagem do selvagem imutável era um mito criado como parte do processo de colonização europeia (TRIGGER, 2004, p. 366).

Embora estas tenham sido as primeiras produções desta nascente ciência, a gênese de um pensamento antropológico - no sentido das primeiras reflexões sobre os habitantes do novo mundo - pode ser identificada durante e após o contato europeu com outras sociedades, através das primeiras expedições ultramarinas. Essas conjecturas forjaram-se no seio do pensamento iluminista do século XVII, quando o discurso da razão como forma de engrandecimento do homem dominava o pensamento moderno<sup>1</sup> (LAPLATINE, 2000, p. 46).

Nesse contexto, o “Outro” foi caracterizado sumariamente como o “bom selvagem”<sup>2</sup>, um estado primitivo do homem, onde a convivência harmônica com a natureza possibilitava uma condição de igualdade social entre seus semelhantes; realidade pela qual a sociedade ocidental teria passado, e superado, em tempos remotos (LAPLATINE, 2000, p. 50; HECKENBERGER, 2003, p. 29). Esta concepção do primitivismo ameríndio, fundamentada no discurso *rousseriano* do “bom selvagem”, também serviu como base ideológica para justificar um colonialismo europeu, especificamente durante a fase de expansão do mercantilismo.

Sabendo da importância destas primeiras reflexões para o amadurecimento desta disciplina humana, cabe a nós fazer uma digressão, pois não tenho a intenção de divagar aqui sobre todas as correntes antropológicas de forma densa. Apenas procurei situar o surgimento de um primeiro tipo de reflexão sobre o outro, que amadureceu – apesar de todo o determinismo doutrinário - sob o julgo da antropologia evolucionista no século XIX. O objetivo deste item é delinear a convergência entre história e antropologia, que ocorre a partir da segunda metade do século XX.

Durante a primeira metade do século XX, uma gama de outros paradigmas veio à tona. Em diferentes países do mundo surgiram “escolas” antropológicas que formaram uma geração de novos pesquisadores, especificamente nos Estados Unidos e Inglaterra. Nos EUA, após a queda do evolucionismo de Morgan, a antropologia tomou duas vias principais. Primeiramente esteve firmada no particularismo histórico de Boas, apoiada fortemente sobre o conceito de difusionismo. Logo depois, o evolucionismo ressurgiu reelaborado em duas perspectivas: uma delas multilinear, sob a figura de Julian Steward

---

<sup>1</sup> Há também o primitivismo inventado pelo romantismo do século XIX, como nos escritos de Hudson, Cooper, Thoreau, Longfellow, Parkmen, Bartolomeu de Las Casas, entre outros. (ver DENEVAN, 1992, p. 369; LAPLATINE, 2000, p. 46).

<sup>2</sup> Há também o avesso desta posição, a figura do “Mau Selvagem” (ver LAPLATINE, 2000, p. 40-46).

(ecologia cultural), e outra representada pelo evolucionismo universalista de Leslie White.

Já a antropologia britânica teve uma abordagem funcionalista popularizada por Bronislaw Malinowski, um polaco naturalizado inglês. Enquanto isto, na França o meio etnológico passa a ter suas primeiras pesquisas de campo desenvolvidas nos anos 1930. Mas a antropologia francesa só teve maior visibilidade internacional a partir dos anos 1950<sup>1</sup>, quando surge o estruturalismo, do qual o fundador e maior expoente foi Claude Lévi-Strauss (LAPLATINE, 2000, p. 101-102). Esta última linha do pensamento antropológico teve grande influência sobre a nova historiografia francesa dos *Annales*.

Claude Lévi-Strauss, o fundador da antropologia estruturalista, teve sua primeira experiência etnográfica nos anos 1930, quando veio lecionar sociologia no Brasil (entre 1935 e 1939) na recém-criada Universidade de São Paulo. Neste período, fez algumas viagens por outros estados brasileiros onde teve os primeiros contatos com grupos indígenas no sul e sudeste do Brasil, na região do Brasil Central e na Amazônia<sup>2</sup> (LÉVI-STRAUSS, 1994). Esta primeira experiência etnográfica de Lévi-Strauss abriu portas para o ingresso nas pesquisas antropológicas e os seus resultados foram divulgados duas décadas depois no livro intitulado “Tristes Trópicos”, publicado em 1955.

Contudo, a grande interlocução de Lévi-Strauss com a história acontece no final dos anos 1950, quando o antropólogo publica em 1958 a obra intitulada Antropologia estrutural, em que expõe os preceitos teórico-metodológicos de sua etnologia. Neste livro esteve inserido um ensaio intitulado História e Etnologia - que havia sido publicado nove anos antes na *Revue de Metaphysique et Morale* - no qual o autor discutia as relações de fronteira entre as duas disciplinas, estabelecendo definição para o lugar da história e da etnologia no panorama das ciências sociais. (LEVI-STRAUSS, 1987)

Com a publicação deste artigo, surge uma polêmica discussão levantada por Fernand Braudel e Lévi-Strauss em torno da dicotomia sincronia/diacronia, quanto às questões referentes ao método científico da história e ao papel desta no escopo das ciências humanas. É neste momento que a segunda geração historiográfica dos *Annales*,

---

<sup>1</sup> Com exceção de alguns nomes ligados a escola francesa de sociologia, como Marcel Mauss e Émile Durkheim, que foram os responsáveis pela elaboração de um aparato teórico-conceitual que norteará a pesquisa antropológica, a antropologia francesa só chegará a sua maturidade metodológica com a obra de Lévi-Strauss (LAPLATINE, 2000, p. 102).

<sup>2</sup> Entre os grupos indígenas visitados por Lévi-Strauss estão os Kaingang, Caduveo, Bororo, Nambikwara, Mundé e os Tupi-Kawahib.



sob a direção de Braudel, passa a aproximar-se da antropologia estrutural, porém adaptando algumas questões metodológicas aplicadas à ciência histórica.

O marco inicial desta discussão foi um artigo publicado em 1958 por Fernand Braudel, intitulado *História e Ciências Sociais: A Longa Duração*, em que é colocada a noção de tempo dividido em três durações, três escalas de observação. Nota-se que o texto de Braudel fora publicado no mesmo ano de *Antropologia Estrutural*, o que para Dosse (apud RIBEIRO, 2009, p. 100) seria uma resposta à concepção de história colocada pelo etnólogo estruturalista.

Apesar deste diálogo de Fernand Braudel com Lévi-Strauss acontecer a partir da publicação deste texto, as ideias de Braudel já haviam sido expostas e colocadas em prática em 1946, na sua conhecida tese de doutorado, *O Mediterrâneo*. No prefácio desta obra, o autor expunha de modo sucinto a sua concepção de tempo segmentado:

Assim chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados. Ou, se quisermos, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual. Ou, se preferirmos ainda, à decomposição do homem num cortejo de personagens (BRAUDEL, 1969, p. 15).

Portanto, deve-se entender que o modelo *braudeliano* - baseado no tempo triplamente segmentado - não é um reflexo das formulações estruturalistas, mas é anterior a estas. Para esmiuçar este debate, devem-se apresentar as posições defendidas por cada um dos envolvidos, de modo a situar os pontos de discordância entre estes.

Em primeiro lugar, no artigo publicado em *Antropologia Estrutural*, Lévi-Strauss defendia uma ação interdisciplinar entre as ciências do homem: “*Podemos, así, esperar que los muros que separan las disciplinas vecinas serán abatidos, y que entre ellas se promoverá una verdadera colaboración*”. O autor não recusava a importância da história e nem negava o seu status de cientificidade; pelo contrário, atestava o desenvolvimento da disciplina, reconhecendo sua importância para a colaboração com o conhecimento antropológico (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 307). Para ele, à etnologia estava reservado o campo sincrônico da estrutura, assim como para a história estava a noção de diacronia (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 68-69).

Estas diferenças também estão relacionadas ao tipo de apreensão da realidade social que se deseja obter: “*la historia organiza sus datos en relación con las expresiones conscientes de la vida social, y la etnología en relación con las condiciones inconscientes*” (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 66). As expressões conscientes dizem respeito à esfera das relações sociais observáveis, enquanto as expressões inconscientes seriam obtidas

através da construção de padrões com base nestas relações sociais, dando contorno à estrutura social.

Em busca de compreender o conceito de *estrutura*, pode-se dizer que é a forma abstrata de explicação dos fenômenos sociais desenvolvida pelo etnólogo, que corresponde aos sistemas de significação presentes no inconsciente de uma dada sociedade. As informações empíricas obtidas através da observação etnográfica, neste caso da pesquisa histórica, são utilizadas para construir categorias de classificação. Estas categorias dão forma à estrutura e, esta última, atribui sentido e significação às relações sociais de um grupo particular (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 301-302).

Assim sendo, apenas com a pesquisa etnográfica, ou histórica, é que se podem construir categorias que dão significado àquela organização social<sup>1</sup>. Dessa forma, se obtém primeiro a experiência empírica, depois a significação da mesma a partir da estrutura. É neste ponto que, segundo Lévi-Strauss, entra a importância da história para etnologia:

Todo lo que el historiador y el etnógrafo consiguen hacer – y todo lo que se les puede exigir – es ampliar una experiencia particular hasta alcanzar las dimensiones de una experiencia más general, que por esta misma razón resulta accesible como experiencia a hombres de otro país o de otro tempo. Y ambos lo logran bajo las mismas condiciones: ejercicio, rigor, simpatía, objetividad (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 64).

De acordo com esta passagem de Lévi-Strauss, para a história estava reservada a mesma função da etnografia, que seria a de uma ciência auxiliar da etnologia, trabalhando como observadora da realidade empírica para fornecer dados a serem interpretados sob o método sincrônico da Antropologia Estrutural. Quando se referia à questão da transformação na estrutura social de um grupo, a leitura dos sucessivos acontecimentos que levaram a mudança nas instituições era levada em conta e, para isto, estava reservado o ofício da história.

Em síntese, Lévi-Strauss propunha que a história estivesse subordinada à antropologia (este seria o único modo de torná-la inteligível, não podendo desenvolver-se de forma isolada), tendo os dados diacrônicos explicados pela sincronia da estrutura (LEVI-STRAUSS apud RIBEIRO, 2009, p. 103). Assim sendo, a diacronia estaria

---

<sup>1</sup> Para Lévi-Strauss, história e etnografia detém objetivos muito semelhantes, pois “*ambas estudian otras sociedades que no son esta en que vivimos*”, porém uma situada distante temporalmente e outra distante espacialmente em relação ao *outro* (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 64).

subordinada à sincronia, uma vez que a importância da primeira seria a de informar como as instituições mudam no tempo (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 50).

Dessa forma, a história detinha validade para a etnologia no que se refere à questão da mudança social, mesmo que a estrutura condicione o inconsciente humano como uma espécie de “freio” às mudanças. A estrutura seria uma espécie de entrave resistente ao movimento, praticamente atemporal, condicionando os indivíduos de uma sociedade em favor das determinações coletivas (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 330). Portanto, a história deveria dedicar-se ao evento, narrando com objetividade os acontecimentos notáveis de uma sociedade no passado, através de documentos, que seriam explicados posteriormente pela estrutura, como colocado nesta passagem:

La etnografía y la historia difieren, ante todo, de la etnología y la sociología, en la medida en que los primeras se fundan en la reunión y organización de documentos, mientras que las dos últimas estudian más bien los modelos contruidos a partir de esos documentos y por medio de ellos (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 307).

Contudo, esta noção de história a que Lévi-Strauss se referia era aquela que os historiadores de sua época procuravam se afastar desde a primeira metade do século XX. Fernand Braudel, provocado pelas colocações do antropólogo, e contrapondo-se a estas, escreve o ensaio sobre a Longa Duração, reafirmando a “nova” temporalidade dos historiadores. Neste artigo, ele apresenta de forma mais detalhada o seu método da história total, segmentado em três tempos: A longa Duração, a Média Duração e a Curta Duração (BRAUDEL, 1969).

Na introdução do seu artigo, Braudel realiza uma discussão a respeito do panorama atual das ciências humanas, referindo-se àquele momento como um período de crise, segundo o qual as ciências sociais estão muito encerradas aos seus muros, todas preocupadas com seus próprios desenvolvimentos e “empenhadas em chicanas sobre as fronteiras que as separam” (BRAUDEL, 1969, p. 42). Este problema teria dado margem, para que as ciências humanas permanecessem desatentas aos sucessos alcançados pelas disciplinas vizinhas, especialmente ao que ocorreu com a história nas últimas décadas:

(...) as outras ciências sociais são muito mal informadas a respeito da crise que nossa disciplina atravessou no decorrer desses últimos vinte ou trinta anos, e sua tendência é desconhecer, ao mesmo tempo que os trabalhos dos historiadores, um aspecto da realidade social do qual a história é boa criada, senão hábil vencedora: essa duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofa da vida social atual (BRAUDEL, 1969, p. 43).

Ao fazer esta afirmação, a intenção de Braudel era responder às colocações de Lévi-Strauss. A crise da qual Braudel se refere é o combate dos *Annales* com a antiga tradição historiográfica, que era centrada no relato de grandes acontecimentos de ordem política. Apesar de não manifestar-se diretamente a Lévi-Strauss, nota-se que o autor se refere à ideia retrógrada de história da qual o antropólogo compartilhava.

Como resolução para esta questão, ele defende um agrupamento das ciências humanas, mas sem que isto gere o imperialismo de umas sobre outras, de forma que haja uma colaboração mútua entre estas. Nesse sentido, Braudel escreve seu texto direcionando-o aos praticantes de outras ciências sociais, em busca de oferecê-los a noção multifacetada de tempo, com ênfase para o valor da Longa Duração (BRAUDEL, 1969, p. 44).

É no primeiro item, “História e Durações”, que nos são esboçadas as três dimensões temporais. Segundo Fernand Braudel, a história esteve por muito tempo presa ao tempo breve, numa narrativa centrada no indivíduo. Este tipo de tempo, apesar de ter sido combatido pelos *Annales*, não fora deixado de lado no ofício da história. Contudo, o surgimento da história econômica e social possibilitou uma ampliação das temporalidades, que seriam a Média e a Longa Duração (BRAUDEL, 1969, p. 44, 47).

A conjuntura, representativa da Média Duração, está atenta para um recorte cronológico de dez a cinquenta anos, baseado em uma lógica de ciclos e interciclos econômicos, num movimento de idas e vindas, que se divide segundo “sua própria respiração” (BRAUDEL, 1969, p. 48).

A Longa Duração está voltada para uma temporalidade de vastos recortes cronológicos, no qual imperam os obstáculos à mudança da estrutura social. É uma História centrada nas continuidades, nas permanências que impõem limites à ação dos indivíduos. Para José Carlos Reis, “a ‘longa duração’ é a tradução para a linguagem temporal dos historiadores da estrutura atemporal dos sociólogos, linguistas e antropólogos” (REIS, 2000, p. 18). Isso faz com que a Longa Duração esteja ligada ao conceito de estrutura. Segundo Fernand Braudel, o entendimento deste conceito para os historiadores seria:

(...) uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula mui longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento (BRAUDEL, 1969, p. 49).

A partir da segmentação do tempo nestes três níveis de realidade: o da estrutura, da conjuntura e dos eventos; e somente com isso, é que a totalidade histórica pode ser alcançada, de modo que a mesma não está presente de forma isolada em nenhuma das três escalas de observação. A narrativa dos eventos é envolvida pela descrição da conjuntura, que por sua vez adquire sentido através da explicação estrutural (RIBEIRO, 2009, p. 109, 110). Com o estudo destes três níveis de realidade, chega-se a uma síntese que compreende a história total.

Esta é uma das formas que a réplica de Braudel a Lévi-Strauss se apresenta. Ele demonstra, através da Longa Duração, que o tempo dos historiadores não é mais a narrativa curta dos eventos, apesar de Lévi-Strauss afirmar que *“la noción de tiempo no constituye el centro del debate”* (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 307). Para Braudel, a importância da discussão sobre o tempo curto é tal, que ele dedica a segunda seção do seu texto à *“Querela do Tempo Curto”* (BRAUDEL, 1969).

Na terceira parte do artigo de Braudel, *“Comunicação e Matemáticas sociais”*, a interlocução deste com o antropólogo estruturalista é feita de forma direta, na qual ele realiza uma crítica ao modelo sincrônico e inconsciente de Lévi-Strauss, baseado nas abstrações matemáticas qualitativas (BRAUDEL, 1969, p. 59 e 65). O historiador deveria estar atento aos percalços dos esquemas elaborados pela matemática social, devido ao problema da criação de modelos generalizantes de uma determinada realidade social. Contudo, para Rodrigues não se tratava de excluí-la, mas de confrontá-la com o tempo e a mudança (RODRIGUES, 2009, p. 174). No final do ensaio sobre a longa duração, Fernand Braudel retoma sua defesa em torno de um programa comum a todas as ciências sociais:

(...) desejaria que as ciências sociais, provisoriamente, cessassem de tanto discutir sobre suas fronteiras recíprocas, sobre o que é ou não é ciência social, o que é ou não é estrutura... Que procurem antes traçar, através de nossas pesquisas, as linhas, se existem linhas, que orientariam uma pesquisa coletiva, bem como os temas que permitiriam atingir uma primeira convergência (BRAUDEL, 1969, p. 77).

Esta colaboração entre as diversas ciências sociais deveria seguir as linhas da matematização, da redução ao espaço e da longa duração. Por fim, Braudel fecha o ensaio com uma espécie de provocação, ou seria melhor, uma chamada às outras ciências sociais para colocarem suas propostas de convergência entre seus estudos (BRAUDEL, 1969, p. 78).

Após a publicação de sua tese de doutorado e do surgimento deste debate com Lévi-Strauss, Fernand Braudel dedicou-se, entre os anos 1960 e 1970, a outro projeto de dimensões semelhantes ao *Mediterrâneo*. Em princípio, Lucien Febvre havia proposto a ele a ideia de escreverem uma história de Longa Duração da Europa, no período de 1400 a 1800, em que o primeiro ficaria responsável pela história das mentalidades e das crenças, enquanto Braudel seria o encarregado do domínio da vida material.

No entanto, a morte de Lucien Febvre ainda em 1956 haveria de cancelar em parte a proposta inicial, sendo que apenas Braudel desenvolveu o seu tema redigindo-o em três volumes análogos ao tempo tripartite de “O Mediterrâneo” (BURKE, 1992a, p. 40). Esta obra de Braudel fora publicada em 1979 sob o título de *Civilização Material e Capitalismo*; e privilegiou uma abordagem econômica da cultura material, relacionada com o consumo, produção e distribuição (BURKE, 1992a, p. 40).

Apesar da grande influência da história total de Braudel no meio acadêmico por várias décadas, os acontecimentos dos anos 1960, especificamente Maio de 68, deram início a uma crise dos modelos estruturalistas nas ciências humanas, e isto afetaria também a história total de Braudel (BURKE, 1992a, p. 39; REIS, 2000, p. 113; RIBEIRO, 2009, p. 98).

Neste momento, o que estava no centro do debate era a questão do tempo quase imutável da estrutura, resistente à mudança e condicionando as ações dos indivíduos; e, justamente, o que a geração de 1968 buscava era a mudança. Para Peter Burke, “os acontecimentos pareciam vingar-se de quem tanto os desprezara” (BURKE, 1992a, p. 39).

Esta crise, inaugurada no final dos anos 1960, foi uma reação ao modelo sincrônico e sem sujeito da Antropologia Estrutural, atingindo de forma incisiva este paradigma. Pierre Clastres esclarece sobre as lacunas da Antropologia Estrutural e das críticas feitas em relação a esta, para ele:

(...) esse discurso elegante, com frequência muito rico, não fala da sociedade. O estruturalismo é como uma teologia sem Deus: é uma sociologia sem sociedade. Conjugando-se a um maior poder das ciências humanas, manifestou-se portanto uma forte – e legítima – demanda entre os pesquisadores e estudantes: queremos falar de sociedade, falem-nos da sociedade! (CLASTRES, 2004, p. 15).

Como reflexo do impacto causado pela crise do estruturalismo, Fernand Braudel abdica a direção da Revista dos *Annales* em 1969 (RIBEIRO, 2009, p. 98), deixando espaço para sua renovação teórica nos anos seguintes e dando início a uma terceira

geração dos *Annales*. O período que compreende esta terceira fase da escola é marcado por uma fragmentação dos campos de investigação, abrindo um leque variado de abordagens na história, principalmente quanto aos aspectos culturais e simbólicos da vida social (BENATTE, 2007, p. 15; REIS, 2000, p. 113; BURKE, 1992a, p. 56). Para Peter Burke, o perfil da terceira geração é mais difícil de traçar que o dos outros, devido a não haver o domínio do grupo por alguma linha teórica coesa, ocorrendo uma espécie de policentrismo (BURKE, 1992a, p. 56).

Este período é marcado pela forte influência das tendências pós-estruturalistas e de uma aproximação cada vez maior com a antropologia, especificamente a antropologia norte-americana de Clifford Geertz (REIS, 2000, p. 119; BURKE, 2005, p. 51). A história passa a utilizar a descrição densa da etnografia, geralmente reduzindo seu campo de investigação ao particular. O campo historiográfico começa a se preocupar em realizar monografias regionais e deixa de lado as grandes sínteses (BENATTE, 2007, p. 06; REIS, 2000, p. 114; BURKE, 1992a, p. 56-57).

Este interesse pela antropologia foi tão grande que surge então a tendência denominada Antropologia Histórica, onde os historiadores passam a adotar a amplitude do conceito de cultura utilizado pelos antropólogos. O conceito de cultura, antes relacionado ao erudito, ou seja, apenas às artes e à literatura (BENATTE, 2007, p. 10), passou a englobar toda a abrangência das manifestações ou atividades humanas, como a vida cotidiana, os modos de agir e comer, as técnicas (modos de fazer) e as relações humanas (BURKE, 2005, p. 43).

Contudo, a antropologia não foi a única disciplina a ter grande influência na terceira geração dos *Annales*. As aproximações ocorreram com a psicologia, linguística, literatura, semiótica, arqueologia e outras, além do uso de novas técnicas de pesquisas oriundas destas disciplinas (REIS, 2000, p. 113). Pode-se dizer que, de certa forma, o projeto braudeliano de convergência das ciências sociais tenha sido realizado pela terceira geração, ao menos quanto à disciplina histórica utilizar-se de outras ciências para o conhecimento da realidade social.

Entretanto, os historiadores da terceira geração dos *Annales* teriam provocado uma ruptura com a tentativa de síntese, da busca pela história total. Esta questão estaria relacionada com a falta de comunicação entre as subdisciplinas que se multiplicaram no interior das diversas abordagens históricas, pois, de acordo com Peter Burke, “a disciplina histórica está mais fragmentada do que nunca” (BURKE, 1992b, p. 35).

Porém, se a fragmentação do campo historiográfico excluiu a possibilidade de síntese, por outro, o surgimento dessas novas abordagens permitiu a investigação de outros fenômenos da vida social ainda não explorados pelo historiador. Um destes novos campos de investigação, muito notável, é o da etno-história. Esta linha de pesquisa engloba métodos e técnicas de várias disciplinas.

Seguindo os conceitos delimitados por Jorge Eremites de Oliveira, o campo de atuação da etno-história resume-se à visão *ética* (a nossa visão sobre o outro) que construímos durante a pesquisa. Além de ser um método que possui “um forte viés interdisciplinar, no campo da antropologia e com grande influência da história, possui uma proposta de interfaces com a arqueologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 4). Sendo assim, a etno-história procura utilizar dados arqueológicos, assim como fontes escritas de cronistas, viajantes e de caráter etnográfico.

A adoção do conceito de cultura adotado pelos historiadores possibilitou que o domínio das técnicas fosse cada vez mais valorizado diante da história. Isso contribuiu para que os historiadores se interessassem cada vez mais por abordagens voltadas para os aspectos econômicos e simbólicos da cultura material, o que levou a um estreitamento com a arqueologia.

### **3. HISTÓRIA, CULTURA MATERIAL E INTERFACES COM A ARQUEOLOGIA.**

Uma das primeiras ocasiões em que a história aproximou-se da arqueologia, ao procurar estudar os aspectos materiais da vida social - ou seja, o comportamento humano através da relação das pessoas com os objetos - foi através da célebre obra de Fernand Braudel, intitulada *Civilização Material e Capitalismo*, publicada em 1967. Na obra de Braudel, o foco da sua análise esteve reservado para as relações entre o homem, o seu meio ambiente e os aspectos da vida material cotidiana, como a alimentação, o vestuário e as técnicas (ROCHA, 1995, p. 245).

Porém, podemos dizer que o pontapé inicial para as possibilidades de abordagem da cultura material no campo da história foi dado ainda na primeira geração dos *Annales*. Com a proposta inovadora desta nova escola historiográfica, especificamente no que condiz à reformulação do conceito de fonte histórica, um amplo campo de possibilidades se abre aos historiadores. Nesta abertura do campo historiográfico, a



cultura material passa a ser entendida como uma fonte passível de interpretação, já que para Marc Bloch "é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito" (BLOCH, 1998, p. 104).

De modo a prosseguir com a discussão, resta-nos um pequeno desvio com relação ao conceito de história da cultura material, do modo como ele é comumente empregado pelos historiadores. Na concepção de José D'Assunção Barros:

*A História da Cultura Material*, desta maneira, pode ser definida como o campo histórico que estuda fundamentalmente os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano (BARROS, 2010b, p. 04).

Apesar disso, o interesse dos historiadores pela cultura material nem sempre esteve focado na relação do homem com o seu meio físico. Em algumas ocasiões, o estudo recaía meramente a uma descrição isolada dos objetos, ou mesmo das técnicas. Porém, os *Annales* afastaram-se desta perspectiva, voltando-se para as mentalidades (REDE, 1996, p. 282). É o que Barros salienta, alertando que a cultura material não deve ser tomada como uma fonte de pesquisa em si mesma, mas deve atentar para "os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural" (BARROS, 2010b, p. 05).

Com o constante crescimento do interesse, por parte dos historiadores, pelas informações da vida social que o estudo da cultura material poderia oferecer aos historiadores, surgem alguns problemas de ordem metodológica. Tais entraves estão relacionados aos modos de obtenção e decifração de dados empíricos válidos para o conhecimento histórico (REDE, 1996, p. 281). Em alguns casos, isto acabou por resultar em uma "transferência um tanto irrefletida dos procedimentos da arqueologia para o campo da história" (REDE, 2000, p. 282).

No entanto, é inevitável que ocorra esta aproximação entre as duas disciplinas, já que a história da cultura material necessita dos procedimentos arqueológicos para a análise dos dados empíricos, especificamente quando o recorte cronológico da pesquisa situa-se em um período muito recuado, onde há escassez ou inexistência de fontes escritas. Para José Barros "a história da cultura material e a arqueologia frequentemente andam juntas" (BARROS, 2010b, p. 06-10).

A fim de oferecer uma definição mais geral, a arqueologia pode ser entendida como a ciência que estuda o comportamento humano no tempo e no espaço através da cultura material, ou da relação das pessoas com a cultura material (SCHIFFER, 2010, p. 6). O arqueólogo V. Gordon Childe já afirmava que “os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da acção humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana”. Mas como já havia dito o mesmo autor, “nem toda a conduta humana se conserva registrada materialmente” (CHILDE, 1969, p. 09-10).

No caso da arqueologia pré-histórica, as lacunas referentes à ausência de fontes escritas somam-se a má conservação dos vestígios deixados pela presença humana e pela decomposição de outros registros da vida material, como madeira, cestaria, vegetais, resíduos orgânicos em geral e outros (CHILDE, 1969, p. 10). Exceto em alguns casos específicos, quando os fatores de clima e solo ajudam a conservar esses vestígios, o que resta aos pré-historiadores na maioria das vezes restringe-se a cerâmica e artefatos de pedra.

É o que frequentemente ocorre nos sítios arqueológicos da região Amazônica, onde as condições de acidez do solo e umidade do clima decompõem muito rapidamente a maioria dos vestígios arqueológicos deixados pelos grupos humanos que habitavam a região. O que resta do material orgânico requer métodos de coleta mais cuidadosos e seu estudo só é possível por meio de análises micro-residuais mais específicas. Até mesmo o material ósseo, quando é encontrado, geralmente está em condições de conservação muito debilitadas.

De forma a preencher estas lacunas de dados arqueológicos e de textos escritos das sociedades ágrafas, a etnografia constitui uma fonte de pesquisa de suma importância para a arqueologia e a história da cultura material. Muitas vezes podemos fazer analogias para o uso dos objetos com base nos relatos de viajantes contemporâneos às populações nativas de outrora, ou pela observação etnográfica de grupos atuais.

A década de 1960 presenciou o surgimento de um paradigma científico revolucionário dentro da Arqueologia, que desbancou a antiga arqueologia, representada pela escola histórico-cultural, esta última preocupada apenas com cronologias e difusão de inovações tecnológicas. Este novo modo de conceber a

arqueologia ficou conhecido como *Nova Arqueologia*, ou *Arqueologia Processual* (como foi chamada na Inglaterra).

Surgida nos Estados Unidos da América, e tendo Lewis Binford como um de seus principais teóricos, a Nova Arqueologia está interessada em entender os processos culturais ocorridos no passado e de que forma eles se manifestam no registro arqueológico (REIS, 2003b, p. 85). Os processualistas entendem a cultura enquanto um sistema constituído por vários subsistemas, como tecnologias, subsistência e comunicação (COSTA, 2004, p. 339). Estes subsistemas são entendidos por Binford como um meio extrasomático de adaptação ao ambiente e se modificavam de acordo com este último.

O desenvolvimento da Arqueologia Processual também contou com a adoção de teorias e métodos de outras disciplinas, como a antropologia, a geologia, a paleobotânica e a química. Além disso, houve a utilização de novas tecnologias como o computador, para o processamento de dados quantitativos estatísticos. Este paradigma também incorporou o uso de uma teoria social para a explicação dos fenômenos arqueológicos. As teorias utilizadas para as generalizações e explicação dos dados eram oriundas da antropologia, principalmente o neoevolucionismo de Leslie White e Julian Steward (Ecologia Cultural) (REIS, 2003b, p. 85, 91).

Enfim, o objetivo principal desta arqueologia estava em encontrar regularidades no registro arqueológico, para inferir sobre generalizações a respeito da economia e de aspectos gerais da adaptação humana (a busca de leis gerais para o desenvolvimento das sociedades). Ou seja, a ênfase dos processualistas estava em empreender abordagens materialistas da cultura, pois segundo Trigger:

Processual archaeologists attempt to explain human behavior in terms of ecological adaptation, emphasize cross-cultural regularities, and embrace a cultural evolutionary view of social change (TRIGGER, 2003, p. 1).

Porém, um dos problemas da Arqueologia Processualista é que ela possui um viés positivista, já que vê os dados separados da teoria. Ou seja, os dados são entidades estáticas a serem explicados de forma objetiva, através de inferências e generalizações a respeito do passado. Partindo destes pressupostos cientificistas, a Nova Arqueologia pretendia ser um empreendimento mais científico, pois acusavam o seu rival histórico-cultural de ser a-científico (REIS, 2003b; COSTA, 2004, p. 339).

Nos últimos avanços da arqueologia como disciplina tem-se dado importância para a vida social dos objetos e o sentido simbólico que este assume dentro das sociedades estudadas (REIS, 2003b, p. 70), expandindo-se para além da abordagem tecno-econômica da Arqueologia Processual.

Este novo olhar para os objetos, surgido no final dos anos 1980, foi chamado de Arqueologia Pós-processual, ou Arqueologia Contextual. Uma de suas principais novidades é o entendimento da cultura material como um texto que requer interpretação por parte do pesquisador, já que as interpretações dos arqueólogos são entendidas como discursos relativos. De acordo com José Alberione dos Reis, essa arqueologia “visa resgatar o significado cultural adquirido pela cultura material que determinada sociedade produziu utilizou” (REIS, 2003b, p. 70).

Esta Arqueologia realizou profundas críticas aos processualistas, principalmente ao neopositivismo e aos modelos explicativos generalistas. Para os pós-processualistas, as culturas do passado devem ser entendidas em seus aspectos simbólicos e não somente em questões adaptativas. Esta corrente teórica também foi chamada de arqueologia contextual, ou arqueologia interpretativa, pois entendia que o sentido das coisas (da cultura material) deveria ser interpretado em seu contexto de deposição, na maneira de como o registro arqueológico está arranjado. A leitura dos significados contextuais deveria ser feita com base em procedimentos hermenêutico-interpretativos (HODDER, 1995).

Apesar do conflito de pouco mais de duas décadas entre as duas arqueologias, Trigger aponta que o debate está diminuindo sem que nenhuma das duas correntes seja vitoriosa, restando ainda questões em aberto a serem resolvidas (TRIGGER, 2003, p. 1). Por isso, este autor entende que as duas devem ser entendidas como formas complementares de fazer arqueologia, sendo que o *processualismo* estaria mais adequado aos aspectos materialistas de uma sociedade (subsistência, economia, organização sócio-política) enquanto o *pós-processualismo* estaria voltado para abordagens idealistas, como o estudo de questões simbólicas e crenças religiosas (TRIGGER, 2003, p. 2).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração a discussão aqui travada, este artigo tem sua importância devido à contribuição que pode trazer para o delineamento das disciplinas pertencentes às chamadas ciências humanas. A aproximação do saber historiográfico com a antropologia e a arqueologia, ocorreu graças à renovação trazida pelos *Annales*, cuja uma das propostas centrais era a de interdisciplinaridade com as ciências sociais. Nas décadas subsequentes ao surgimento deste novo paradigma, a disciplina histórica aproximou-se da Antropologia, o que possibilitou uma ampliação do conceito de cultura dentro da prática historiográfica, passando este a englobar toda e qualquer manifestação das atividades e intervenções humanas.

A partir deste entendimento global de cultura, o universo material passou a ser uma das possibilidades de investigação da História. A cultura material deixou de ser exclusivamente pertencente à Arqueologia e agora constitui uma fonte de pesquisa para o historiador. Assim como outras fontes, a cultura material dispõe de informações que podem não ser encontradas em documentos escritos, ou em fontes orais. Contudo, é necessário ainda estabelecer os critérios e técnicas que podem ser utilizados, pelo historiador, para o tratamento destas fontes.

Apesar de suas diferenças quanto a questões referentes às abordagens, métodos e ao seu recorte cronológico, tanto a História, quanto a Antropologia e a Arqueologia possuem o mesmo objetivo: compreender a realidade social dos fenômenos. Contudo, é necessário compreender que as verdades oferecidas por cada disciplina sempre serão parciais e nunca totais, mas a colaboração mútua entre elas pode ampliar a apreensão dos fenômenos, preenchendo algumas das lacunas deixadas por uma e outra disciplina.

**Recebido em: 07/05/2013**

**Aceito em: 09/08/2013**

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'A. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BARROS, José D'A. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*. Vol. 1. n. 2, p. 73-102, 2010a.
- BARROS, José D'A. História da cultura material: Notas sobre um campo histórico em suas relações intradisciplinares e interdisciplinares. p. 1-17, 2010b.
- BENATTE, Antonio P. História e antropologia no campo da Nova História. *Revista História e Reflexão*. Dourados, Vol. 1. n. 1, UFGD, 2007.
- BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1982.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 41-78.
- BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II (Prefácio). In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 13-16.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 1992a.
- BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992b. p. 7-37.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARDOSO, Ciro F. História e paradigmas rivais. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

CASTRO, Celso. *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHILDE, V. Gordon. *Introdução à arqueologia*. 2ª ed. Porto: Publicações Europa-América, 1977.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

COSTA, Diogo M. Arqueologia Patrimonial: o pensar do construir. *Habitus*, Goiânia, Vol. 2, p. 333-360, 2004.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DENEVAN, William M. The pristine myth: the landscape of the Americas in 1492. *Annals of the association of American geographers*, Madison, v. 3, n. 82, p. 369-385, 1992.

DURKEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.

HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge, 1995.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LAPLATINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. Historia y Etnología. In: *Antropología Estructural*. Barcelona: Paidós, 1987. p. 43-72.

LEVI-STRAUSS, Claude. La noción de estructura en etnología. In: *Antropología Estructural*. Barcelona: Paidós, 1987. p. 137-152.

MORGAN, Lewis H. A sociedade Antiga: ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização. In: *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

OLIVEIRA, José E. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. *Prosa*, Campo Grande, v. 1, n. 3, p. 39-47, 2003.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do museu paulista*, São Paulo, Vol. 4, 1996.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museu paulista*, São Paulo, Vol. 8/9, p. 265-325, 2003.

REIS, José A. "Não pensa muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira (Tese-Doutorado). Campinas: Unicamp, 2003b.

REIS, José C. *Escola dos Annales: a inovação em história*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José C. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003a.

RIBEIRO, José E. Da sincronia à diacronia: os três tempos de Braudel a partir de um diálogo com Levi-Strauss. *OPSSIS*, Catalão. v. 9, p. 97-115, 2009.

ROCHA, Antonio P. F. Braudel: Tempo histórico e civilização material. *Anais do Museu paulista*, São Paulo, Vol. 3, p. 239-240, 1995.

RODRIGUES, Henrique E. Levi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Vol. 29, n. 57, p. 165-186, 2009.

ROGNON, Frédéric. *Os primitivos, nossos contemporâneos*. São Paulo: Papyrus, 1991.

SCHIFFER, Michael B. *Behavioral Archaeology: principles and practice*. Tempe: Equinox publishing, 2010.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.

TRIGGER, Bruce G. *Archaeological theory: the big picture*. Montreal: McGill University, 2003.



